

Tecnologia da informação foi o foco da reunião do Coleprecor no TRT-PR



 Inara Passos



Projeto Memória

Inaugurado o Centro de Memória, que vai preservar e divulgar a história do TRT paranaense.

▶ PÁGINAS 6 A 9

▶ Movimento contágia Cornélio *p. 12*

▶ Obra ampla VT de Ivaiporã *p. 14*

▶ O Mutirão visto de dentro *p. 17*

▶ GAX concilia na execução *p. 18*

Frio desperta a participação

Campanhas de arrecadação de agasalhos organizadas por várias unidades do TRT-PR ajudam a proteger do frio centenas de famílias em diferentes cidades do Paraná. Em Curitiba, a campanha da Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental recebeu 508 cobertores e 229 peças de roupa, doadas por servidores e magistrados, para ajudar as famílias ligadas ao Instituto Lixo e Cidadania, que atende 59 grupos de catadores, e para distribuição nas aldeias apoiadas pela Pastoral Indigenista.

PONTA GROSSA - Nos Campos Gerais, a campanha ainda está em andamento, com doação de agasalhos para famílias cadastradas no serviço social da cidade. No início da estação fria, a Comissão local de Responsabilidade Social já havia arrecadado R\$ 1.464, que foram utilizados para a compra de 122 cobertores.

NORTE VELHO - Em Santo Antônio da Platina, a Vara do Trabalho arrecadou, entre servidores, Juiz, advogados e jurisdicionados, 28 cobertores novos e diversos itens usados. O material foi doado à Associação da Promoção Humana, que atende mais de 200 famílias. A Associação mantém o abrigo Graça Divina, onde presta cuidados a adolescentes em situação de risco familiar, serve diariamente 30 a 38 refeições e doa ainda roupas, calçados, cobertores, móveis, materiais de construção e cestas básicas. Em Wenceslau Braz houve mobilização para arrecadar agasalhos, que resultou na doação de 7 cobertores e 89 peças de roupa.

JACAREZINHO - Onze cobertores foram arrecadados pela Vara do Trabalho de Jacarezinho, onde foram entregues também calçados e 30 peças de roupa, além da inusual doação de um travesseiro.

Em Curitiba, que contou com a participação das Varas da cidade vizinha de São José dos Pinhais, o aperfeiçoamento da logística favoreceu a campanha do agasalho, a partir do momento em que um fornecedor de cobertores concordou em fazer entregas diretamente no Tribunal, para compras acima de 15 unidades. Com isso, em vários setores os magistrados e servidores organizaram listas, aportaram dinheiro e realizaram as compras com maior facilidade. "A doação de cobertores me surpreendeu", comentou Terezinha do Belém Schimuda, servidora da Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental. "Faltando poucos dias para encerrarmos, começamos a receber um volume maior de cobertas, quando os servidores se uniram para fazer grandes compras em conjunto".

Liane Maria Veiga, multiplicadora da 20ª VT de Curitiba, tomou a iniciativa de arrecadar dinheiro dos colegas para uma aquisição coletiva, que resultou na compra de 30 cobertores. "Cada um ajudou com um pouco, foi uma boa vontade de todos", comentou ela, que, junto com os servidores da Vara, também ajuda todo mês a Campanha do Quilo. "O que vale é a colaboração de todos". A Central de Mandados arrecadou R\$ 610 para a campanha, numa iniciativa de Almir Tadeu Farias, com auxílio de Luíza Maria Paludo Silveira. "Como muitos oficiais de Justiça não costumam abrir e-mail para ver a campanha, o Almir

imprimiu a divulgação e, para cada oficial que passava, nós apresentávamos a ideia e pedíamos o apoio", conta Luíza Maria.

"O fato de poder contribuir com dinheiro para que encomendássemos facilitou a adesão, pois ter que ir até a loja e trazer cobertas dava muito trabalho, poucos o fizeram", contou Terezinha Schimuda. "Com essa possibilidade, recebemos até doações de São José dos Pinhais, que encaminhou R\$ 170 para ajudar nas compras".



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento,
Irene Pioker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz,
Rossana Tuoto e Bruno Manenti

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Thyryza Wolk,
e arquivo do TRT-PR

Revisão:

César Caldas, Rose Montes e Rossana Tuoto

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível na Internet no site

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRTFPR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRTFPR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

Presidentes e corregedores reafirmam em Curitiba luta por tecnologia da informação

As demandas por estrutura e servidores de Tecnologia da Informação ocuparam o maior destaque na atenção dos participantes da III Reunião Ordinária de 2010 do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprec), realizada em Curitiba nos dias 17 e 18 de junho. Dos quinze componentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quatro compareceram à reunião de cúpula dos Tribunais Regionais do Trabalho: o promotor de Justiça Felipe Locke Cavalcanti, o desembargador Leomar Barros Amorim de Sousa, o advogado Jefferson Luis Kravchychyn e a juíza do Trabalho paranaense Morgana de Almeida Richa, a única mulher no Conselho. A coordenadora do Coleprec, desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, presidente do TRT de Pernambuco, lembrou que a luta dos Tribunais do Trabalho por novas vagas para servidores de informática nada mais é que uma tentativa de cumprir a Resolução 90 do próprio CNJ. Poucos dias antes, o Conselho havia negado atendimento a essa solicitação. O Paraná, por exemplo, pelos critérios do CNJ, deveria ter 120 profissionais dessa área, e tem 48.

“Eu gostaria que o Conselho tivesse atendido melhor aos pleitos da Justiça do Trabalho”, afirmou o conselheiro Felipe Locke Cavalcanti. “Estamos em um processo de aprimoramento institucional”, lembrou ele, “e o Conselho veio para mostrar que a Justiça precisa mudar. Acredito que essa mudança já está acontecendo na Justiça do Trabalho.” Felipe Cavalcanti se referia a um texto apresentado na abertura do Coleprec pelo desembargador Ney José de Freitas,

presidente do TRT-PR, sobre a necessidade de não temer a mudança. “A Justiça do Trabalho tem sempre inovado na busca de uma nova Justiça”, disse o conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn, da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ.

Relembrando a sessão em que o CNJ decidiu não atender às solicitações da Justiça do Trabalho, a desembargadora Eneida de Araújo enfatizou que o apaziguamento já foi feito e que os Tribunais do Trabalho, de todo modo, persistirão na tentativa de qualificar seus setores de Informática. “Nós aceitamos as decisões para aquele momento, mas não podemos aceitá-las de uma forma permanente”, disse a presidente do Coleprec. “Nós – acrescentou – não queremos outra coisa senão cumprir a Resolução 90, que estabelece a necessidade de um quadro profissional de técnicos de Informática. Lamentavelmente, não podemos encontrar essas pessoas em qualquer área da Justiça. Os nossos analistas e técnicos, que estão nas Varas ou nas atividades-meio dos Tribunais, não têm formação em Tecnologia da Informação. O CNJ estabelece o número mínimo de servidores qualificados para essa área, e nós não temos, conselheiros, de onde tirá-los.”

PODER - A coordenadora do colégio de presidentes e corregedores descartou a alternativa da privatização na área de Informática: “Não queremos, absolutamente, entregar a Justiça do Trabalho a particulares. Os particulares são bem-vindos, para colaborações temporárias, mas não queremos terceirizar o poder, não queremos terceirizar o pensamento



Durante a reunião, no Plenário do TRT-PR, o Coleprec reafirmou a luta para profissionalizar setores de Tecnologia dos Tribunais

 Inara Passos

da magistratura trabalhista, terceirizar o Estado. A Tecnologia da Informação se traduz em poder; o poder de dirigir, de comandar, de prestar a jurisdição a esses cidadãos carentes, que são aqueles que procuram a Justiça do Trabalho. Por isso não podemos parar nas nossas reivindicações. Isso não significa, absolutamente, rebeldia, mas sim a necessidade de continuar mudando, aprimorando, e, quem sabe, servir de exemplo a outras Justanças, que às vezes se acomodam com uma audiência por dia; nossos juizes de primeiro grau fazem vinte audiências por dia.”

Equipar os setores de Tecnologia da Informação com pessoal qualificado não é uma questão de atualizar os servidores que já estão no Judiciário, argumentou a desembargadora Eneida Araújo. Uma servidora que foi aprovada num concurso há vários anos e que começou a trabalhar com uma máquina de datilografia pode se aprimorar, mas não virá a ser uma programadora de computadores, comparou a magistrada. “A gente até pode se conformar com limites de servidores, mas não nessa área, que vai dar a marca da

diferença”, disse ela. A composição obtida junto ao CNJ foi razoável, na avaliação da presidente, “mas não estamos satisfeitos, porque a Justiça do Trabalho precisa de muito mais. Não é crescimento numérico de pessoas, mas sim crescimento da qualificação.”

TECNOLOGIA - Os conselheiros do CNJ que compareceram à reunião do Coleprecor foram unânimes em afirmar que a Justiça do Trabalho, que no passado apresentava graves problemas estruturais, hoje é a mais atualizada tecnologicamente, a mais célere nos julgamentos, a mais efetiva na execução das decisões e a mais próxima do cidadão, entre todas as instâncias do Judiciário. Nos dois dias do encontro em Curitiba foram apresentados e debatidos projetos de informática como o Fidelis, elaborado pelo TRT paranaense para permitir a gravação audiovisual de audiências, e o e-Gab (sistema de gerenciamento de gabinetes, turmas e elaboração de decisões, com uso do banco de dados).

Gladimir Nascimento



Desembargador Aloysio Santos, vice-coordenador do Coleprecor, e a juíza Morgana de Almeida Richa, conselheira do CNJ



O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, saudou os participantes com poema sobre a força da mudança



Na Escola Judicial do TRT-PR, os participantes do Coleprecor conheceram detalhes do software Fidelis de gravação de audiências e outras contribuições paranaenses para a consolidação do processo digital na Justiça do Trabalho



A conselheira Morgana de Almeida Richa destacou a contribuição do CNJ para a modernização da Justiça brasileira



Várias experiências dos Tribunais Regionais na área de tecnologia da informação foram apresentadas e discutidas



O desembargador Sérgio Murilo apresentou as iniciativas de digitalização em andamento na Justiça do Trabalho do Paraná



Visita a uma das 3 Varas digitais do Trabalho do TRT-PR, uma das que usam o software de gravação audiovisual de audiências



O Juiz Bráulio Gabriel Gusmão durante apresentação sobre o processo digital, no Plenário Pedro Ribeiro Tavares.



O desembargador Osmair Couto, do TRT do Mato Grosso, durante debates no plenário da Escola Judicial

Centro de Memória é inaugurado com visita da cúpula da Justiça do Trabalho

Depois de meses de expectativa e preparação, foi inaugurado, no dia 17 de junho, o Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A cerimônia fez parte das atividades da III Reunião Ordinária de 2010 do Coleprec, o Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, que normalmente se reúne em Brasília mas se deslocou até Curitiba, entre outros motivos, para prestigiar a inauguração.

O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, que lidera o projeto desde quando era corregedor regional (2008-2009), ressaltou a relevância da memória para as instituições. "Nós temos - lembrou o presidente - os registros em áudio das primeiras sessões realizadas no Tribunal, em 1976, uma coleção fotográfica extremamente importante, praticamente toda ela já digitalizada, e os móveis das primeiras unidades judiciárias paranaenses. Essa parte da memória interna do TRT será disponibilizada à comunidade, assim como aquela parte do acervo que abrange mais amplamente a sociedade e que ficará disponível para economistas, sociólogos, historiadores e outros interessados na pesquisa científica."

RETORNO - Os ocupantes originais do edifício que abriga o plenário do TRT participaram da abertura do Centro de Memória. O grupo folclórico germânico Alte Heimat, que por mais de 40 anos se apresentou no salão que hoje é parte do Tribunal, realizou uma exibição de danças folclóricas do sul da Alemanha. O *Alte Heimat*, que significa "Antiga Pátria", apresentou quadros representativos do início da atuação do Grupo no Clube Rio Branco no prédio restaurado pelo TRT.

A juíza do Trabalho Morgana de Almeida Richa, membro do Conselho Nacional de Justiça, descerrou, junto com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ney José de Freitas, a placa que marca o início das atividades do Centro de Memória. A desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, em cujo mandato na Presidência foi adquirido o edifício sede do Tribunal, desenlaçou a fita de inauguração, em conjunto com o corregedor regional, Arnor Lima Neto, e com a vice-presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.



▶ Tempo reencontrado

Trecho do discurso do desembargador Ney José de Freitas durante a abertura do Centro de Memória

“Neste Tribunal as épocas não hão de se perder. O Centro de Memória, que neste ato é inaugurado, é a instância desse imprescindível resgate. É o foro da recuperação da nossa história. É detentor da competência territorial, na qual se deposita a lembrança daquela viração de chuva, daquele cheiro da pequena labareda – efêmera, sim, mas não evanescente, se a tivermos guardada e ao nosso alcance.

Neste Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná, não haverá preclusão. Não haverá decurso de prazo decadencial. Neste Centro, não haverá prescrição alguma. Aqui é o lugar, no âmbito do Judiciário e das relações de trabalho no Paraná, onde estará aquele “tempo reencontrado”, a que se referia Proust. Se a história, como advertia Cervantes, é mais que um êmulo dos tempos; se é mais que um depósito de ações; mais que uma testemunha do passado; se a história é ainda mais do que um mero aviso do presente; por fim, se a história constitui uma advertência do que poderá advir no futuro – é fundamental que olhemos para trás. Sem conhecê-la, não interpretamos nosso tempo. Sem estudá-la e compreendê-la, não seremos capazes de planejar e construir um futuro com a segurança e um mínimo de previsibilidade.

Como bem observou Eric Hobsbawn, “a história das classes trabalhadoras engloba sindicalizados e não-sindicalizados; politizados e não-politizados; os que fazem greve e os que furam greve”. A necessidade de historiografar esta instituição é dever cultural que temos para com as futuras gerações. É imperioso proporcionar, ao pesquisador de amanhã, condições de acesso memorial à documentação de interesse acadêmico, jurídico e social. O acervo, que queremos permanentemente ampliado, não se limita aos autos findos. Contempla documentos, fotos, livros, pronunciamentos e entrevistas recentemente gravadas em vídeo, com aqueles que fizeram, fazem e farão a história desta Justiça. Este Centro, contudo, leva em conta que a história não se resume a



O desembargador Ney José de Freitas e a conselheira do CNJ Morgana de Almeida Richa inauguram o Centro de Memória

um mero brevíário de vida ou de atuação profissional de uns poucos homens e mulheres que administraram o aparelho judicial. Ela é, abrangentemente, coletiva e comunitária. Bem por isso, não é personalista, embora reconheça a importância de seus personagens. Em última análise, este Centro é institucional e positivamente funcionalista. Ao longo dessas décadas, a Justiça do Trabalho foi mais que mediadora: foi o instrumento social de solução – conciliada ou não – dos conflitos resultantes de litígios individuais e coletivos de sua competência. Foi o respaldo judicial à garantia de direitos. Foi a resposta aos desafios das mudanças sociais e econômicas.

O que todos inauguram conosco, nesta noite, portanto, não é uma cápsula do tempo. Não é um flagrante. Não é o passado congelado em alguma quimera criogênica. O Centro de Memória é uma ferramenta da renovação, é uma resposta a múltiplos desafios. Por meio dele, nossa geração se apossa da herança intelectual dos que nos precederam na Justiça do Trabalho. Não foi idealizado para servir de consolo por algum saudosismo, mas para suprir uma necessidade, imprescindível. Tal como, em nossas vidas pessoais, realizamos por vezes a revisão da história que nos constituiu, também as organizações necessitam recapitular e identificar os momentos que lhes deram a conformação que ora exibem. O Centro de Memória, portanto, é esse arcabouço para o novo. É uma mostra das verdades simples que se fizeram perenes."



Os desembargadores Arnor Lima Neto, Rosalie Michaele Bacila Batista e Rosemarie Diedrichs Pimpão abrem oficialmente a visitação

O que é o Centro de Memória

O novo espaço para a guarda do acervo histórico da Justiça do Trabalho paranaense está localizado no centro de Curitiba, no prédio histórico que sediou o Clube Rio Branco, na Alameda Carlos de Carvalho, 528. O ambiente reproduz uma sala de audiências das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, que precederam as atuais Varas do Trabalho. Nos equipamentos disponibilizados, acadêmicos, pesquisadores e outros visitantes podem pesquisar autos de processos de valor histórico, documentos e fotografias que ilustram momentos marcantes da trajetória do Tribunal.

Até o momento, foram selecionados mais de 2 mil autos para preservação, dos quais estão catalogados, até o momento, e encontram-se disponíveis para pesquisa na internet (www.trt9.jus.br/centrodememoria), 205 autos, que abrangem o período de 1936 a 1999.

Já em 1999 registraram-se ações da Administração para reunir e organizar documentos históricos. Em 2003 o Projeto Memória foi instituído formalmente e em 2008 criou-se o Selo Memória, que distingue os autos de processos que não podem ser destruídos. Esses autos são restaurados para arquivamento e digitalizados, na íntegra. Disponibilizar esse conteúdo digitalizado é uma das tarefas do Centro de Memória.

Já estão sendo organizadas visitas monitoradas ao Centro de Memória. O agendamento deve ser feito pelo telefone 41-3310-7715. Quem for ao local poderá observar documentos, autos, móveis, fotografias e outros objetos de valor para o resgate e a conservação da memória histórica da Justiça do Trabalho. Entre os processos históricos estão autos da década de 1930, protocolados, em grande parte, por imigrantes europeus, principalmente alemães e poloneses, que formavam a mão de obra local na época.



Nas salas do Centro de Memória são recriados ambientes históricos da Justiça do Trabalho paranaense

Vídeo institucional resume trajetória do TRT paranaense e o esforço de resgate

Na videoteca do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (<http://videoteca.trt9.jus.br>) os internautas podem assistir ao vídeo produzido para contar, sucintamente, a trajetória do Tribunal e do projeto elaborado para resgatar e divulgar a memória histórica da instituição. O documentário de 8 minutos ressalta a velocidade em que se deu o desenvolvimento econômico e social do Paraná. Trechos de filmes feitos nas décadas de 50 e 60 pelo cineasta tcheco Vladimír Kozák foram cedidos pelo Museu Paranaense para ilustrar a descrição. São imagens raras, com milhares de toras descendo pelos rios do Oeste do Paraná, além dos índios xetás, descobertos pelo antropólogo José Loureiro Fernandes e filmados por Kozák.

URBAN - O fotógrafo João Urban, conhecido principalmente pela documentação da vida dos bóias-frias, autorizou o uso de várias fotos que ilustram as mudanças na economia e no trabalho que marcaram a década de 1970, quando foi criada a Justiça do Trabalho paranaense. O vídeo relembra a Geada Negra, de julho de 1975, que liquidou a já então combalida economia do café e desencadeou um processo de desemprego em massa nas fazendas do Norte do Estado, com a consequente migração para os centros urbanos, o que gerou, em Curitiba, as maiores taxas de crescimento demográfico de todo o Brasil, na década de 70.

Além do acervo de João Urban e do Museu Paranaense, o vídeo utilizou imagens guardadas na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

▶ Trabalho pioneiro iniciou retomada do acervo

▶ Entrevista com Neide Spíndola

Quem quiser ofender a servidora Neide Spíndola só precisa chamar o Arquivo da Justiça do Trabalho paranaense de “arquivo morto”. As reações variam do choro à fúria, tal a intensidade com que essa profissional cultiva as atividades desenvolvidas pelo setor que guarda os autos de processos, documentos administrativos e a iconografia do TRT. Neide foi a pioneira na concepção do projeto que veio a se materializar no Centro de Memória. Nessa entrevista, ela relembra parte desse desenvolvimento.



1) Quando começou esse resgate da memória da Justiça do Trabalho do PR?

Sempre houve uma preocupação da Justiça do Trabalho nesse resgate histórico como fonte de pesquisa permanente. No entanto, a concretização do Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná teve início em 2008, com o apoio ao Projeto Memória pela então presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista e do atual presidente, desembargador Ney José de Freitas, que à época era o corregedor regional. Isso resultou na criação, em 2009, no âmbito do TRT 9ª Região, do Centro de Memória da Justiça do Trabalho, através da Resolução Administrativa 104/2009 do Órgão Especial, na sessão de 31/08/2009. Inclusive, na mesma sessão foi

instituído o uso do selo “Acervo Histórico” na identificação dos autos de processos e documentos administrativos considerados relevantes para a história da Justiça do Trabalho do Paraná.

2) Qual a preocupação maior no resgate desse acervo e de que forma as pessoas podem colaborar?

A preocupação é resgatar a história da Justiça do Trabalho do Paraná e sua consequente evolução com a colaboração de magistrados, servidores e advogados. Além dos autos judiciais e documentos administrativos que são submetidos à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT-PR, podem ser entregues livros pertinentes, fotos e objetos pessoais fornecidos por familiares dos magistrados e de outras pessoas que atuaram na Justiça do Trabalho.

3) Dos autos judiciais que constituem o acervo atual o que você ressaltaria?

Os vários processos de estrangeiros e de profissões extintas, como por exemplo, a de tropeiros (1938), alfaiates e caixeiros-viajantes.

4) A restauração dos documentos e mobiliário está inserida nas atividades do Centro de Memória?

Sim, mas se restringirá, internamente, a restauração dos autos judiciais, fotos e documentos administrativos, o que implica na higienização e demais procedimentos na busca da conservação permanente desse acervo.

 Rossana Tuoto

Reorganização divide em dois setores a antiga Secretaria de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos do TRT da 9ª Região foi dividida em duas Secretarias, na adaptação administrativa que vem sendo realizada no Tribunal desde o início do ano. Como já havia ocorrido com outro setor estratégico, a Secretaria Administrativa, agora subdividida em áreas mais específicas, o RH foi reorganizado de acordo com as duas grandes tarefas que antes executava com uma estrutura unificada: gestão de pessoas e administração do vínculo de trabalho.

Maria Rosicler Cretella é a diretora da nova Secretaria de Gestão de Pessoas (sigla SEGESPE) e Péricles de Souza Bernardi o diretor da Secretaria de Pessoal (SP). A SEGESPE é composta pelo Serviço de Admissão, Movimentação e

Carreira (SERAD) e pelo Serviço de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios (SEDESB).

A Secretaria de Pessoal é formada pelo Serviço de Dados Funcionais (SERDAF), pelo Serviço de Legislação de Pessoal (SERLEG) e pelo Serviço de Pagamento (SERPAG).

AFINIDADE - De acordo com o Diretor-Geral do TRT-PR, Eduardo Rocha, a mudança na estrutura foi efetuada para que cada uma das novas secretarias possa se dedicar a uma vocação específica, já que a natureza dos processos de controle, que ficaram para a Secretaria de Pessoal, é muito diferente das atividades típicas que couberam à Secretaria de Gestão de Pessoas, voltada para o desenvolvimento do corpo funcional.



Maria Rosicler Cretella (Diretora da SEGESPE)



Péricles de Souza Bernardi (Diretor da SP)

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEGESPE)

SERAD - Procedimentos de seleção (concurso), ingresso e lotação de servidores (expedientes relativos à remoção, permuta, cedência), gerenciamento do processo de avaliação funcional dos servidores para fins de estágio probatório, progressão e promoção e a coordenação do programa de estágio.

SEDESB - A coordenação e execução das atividades relacionadas à assistência médica e odontológica, segurança e higiene no trabalho, assistência psicológica, social e de qualidade de vida, benefícios do Plano de Seguridade Social e, ainda, aquelas referentes a consignações e convênios (descontos de empréstimos, por exemplo, na folha de pagamento), definindo diretrizes e acompanhando a sua concessão.

SECRETARIA DE PESSOAL (SP)

SERDAF - Realiza os trabalhos de organização e registro dos dados cadastrais de magistrados, servidores ativos, aposentados, cedidos, requisitados e pensionistas (registros nos assentamentos funcionais).

SERLEG - Responsável pela aplicação da legislação e proposta de atos normativos, visando à regulamentação das matérias e divulgação dos atos administrativos afetos ao Serviço (portarias e boletins de serviços publicados). Coordenação dos trabalhos atinentes à sindicância e procedimentos administrativos disciplinares e a instrução de processos envolvendo acidentes de trabalho.

SERPAG - Executa as tarefas relativas ao processamento da folha de pagamento de magistrados, servidores e estagiários e o pagamento das diárias e benefícios.

Nona é considerado segundo melhor jornal impresso do Poder Judiciário

O informativo Nona foi o segundo colocado do 8º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ), do 6º Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom) - realizado de 2 a 4 de junho, em Porto Velho-RO. O jornal de circulação interna do TRT-PR disputou com veículos similares de várias instituições brasileiras.

O Conbrascom, que nasceu a partir do Encontro Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça, tem edições anuais e é um evento de ampla aceitação e reconhecimento entre os profissionais da área. A temática neste ano foi "Redes Sociais e a Comunicação da Justiça".

Durante dois dias, os congressistas assistiram às apresentações dos *cases* finalistas do 8º PNCJ, que é dividido em 17 categorias. Entre elas: Jornal, Revista, Endomarketing, conteúdo Web e Projeto Institucional.

Lançado em 2003 pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, o prêmio tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das Assessorias de Comunicação dos órgãos da Justiça de todo o país, por meio do reconhecimento de práticas bem-sucedidas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foi representado pelo servidor da Assessoria de Comunicação Social Joel Gogola. Segundo ele, mais de 80 instituições enviaram trabalhos para a organização do Conbrascom. Logo, ficar em segundo lugar na categoria "Jornal Impresso" é, naturalmente, um incentivo para toda a equipe envolvida na produção do informativo. "A ótima linha editorial adotada,

o profissionalismo dos redatores e dos fotógrafos, além de um projeto gráfico criterioso e contemporâneo, que respeita a identidade do TRT da 9ª Região, são os fatores responsáveis pelo sucesso da publicação", disse Joel. Um diferencial do Nona em relação ao jornal vencedor na categoria, *Da sua Conta* (Tribunal de Contas do Mato Grosso), é o fato de ser integralmente produzido por servidores do TRT-PR. No caso do informativo mato-grossense, processos como a diagramação e o registro fotográfico dos eventos são terceirizados.

O servidor do TRT paranaense ressaltou também o alto nível dos trabalhos selecionados nas 17 categorias: "A profissionalização crescente e a excelência dos serviços prestados pelos órgãos públicos favorecem a realização de projetos memoráveis, que nada deixam a desejar se comparados ao que é produzido pela iniciativa privada. Para levar a estueta entregue pela organização do evento aos primeiros lugares, o trabalho tem que ser realmente diferenciado."

Como reflexão deixada pelo Congresso, Joel ressaltou que "o planejamento estratégico deve nortear todas as ações de comunicação das instituições. É necessário criar uma cultura interna voltada à otimização do tempo na realização das tarefas, melhor destinação dos recursos públicos, excelência no atendimento ao cidadão e valorização do bem intangível mais importante para as organizações: a autoestima dos colaboradores. Não existe mais espaço para o amadorismo."

 Irene Pioker



Conheça os vencedores do 8º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça:
<http://www.conbrascom.org/premio>

Concurso tem mais de 86 mil inscrições

A Fundação Carlos Chagas registrou 86.485 inscrições para o concurso para servidores do TRT-PR. Do total, 844 são de portadores de deficiência que disputam 7 das 127 vagas ofertadas. A maior concorrência é para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, com 41.417 inscritos, média de 3.186 candidatos por vaga. Na mesma categoria, 396 candidatos portadores de deficiência concorrem a 1 vaga. Para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária, 22.438 candidatos concorrem a 82 vagas e 275 candidatos portadores de deficiência, a 5 vagas. Para o cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa, 6.903 candidatos disputam 3 vagas. Na Área Apoio Especializado, 2.092 candidatos concorrem a 2 vagas

de Fisioterapia; 1.653 a 2 de Psicologia; 325 a 1 vaga de Medicina; 62 a uma 1 de Medicina do Trabalho; 2.751 a 3 vagas de Enfermagem e 84, a 1 vaga de Estatística. Para a especialidade de Tecnologia da Informação, 3.073 candidatos disputam 10 vagas e 34 portadores de deficiência física, 1.

Para Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Tecnologia da Informação foram 1.029 inscritos para uma vaga e para Área Administrativa – Segurança 2.109 candidatos também disputam 1 vaga. Outros 1705 candidatos se inscreveram para formação de cadastro reserva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados, além de 21 portadores de deficiência.

O movimento que vem da união

Vara do Trabalho de Cornélio Procópio encabeça rede solidária que intensificou as ações de proteção social no Norte do Paraná

Cerca de 200 novos processos trabalhistas somam, a cada mês, o grande movimento da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, na região Norte do Paraná. Não seria notícia para outras regiões, se não fosse o que se soma ao trabalho representado por essa pilha de processos: uma grande rede solidária, que a cada semana alimenta crianças, adultos e idosos pobres; que une diversos setores da sociedade em torno de uma única causa, a de ajudar os que precisam de ajuda. O Movimento Cornélio Solidária, liderado pela Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, surgiu em dezembro de 2008 e desde então vem realizando periodicamente campanhas sociais e ambientais junto às escolas e organizações assistenciais da região.

Na campanha realizada para comemorar o Dia das Mães (campanha Mãe: Anjo de Luz), o Movimento realizou, em escolas públicas da região, lanches comunitários para mais de 2.700 pessoas. Foram servidos 2.100 sanduíches, 266 garrafas de dois litros de refrigerante e 226 kg de bolo de chocolate. Mais de quarenta quilos de bolo foram produzidos por voluntários. Participaram do lanche mães e crianças e o excedente foi encaminhado a instituições filantrópicas. Além disso, foram entregues às mães presentes nas escolas 28.350 bombons produzidos pelo pessoal do Movimento. Para as escolas que tinham eventos diferenciados, foram fornecidos 61 brindes para sorteio entre as mães.

Na campanha da Páscoa, além da distribuição de 5.211 ovos para as crianças de toda a região, inclusive de aldeias indígenas, foi realizado curso de confecção de ovos de Páscoa para 51 mães de alunos de escolas atendidas pela campanha. "Além do aprendizado sobre manipulação básica com chocolate, também tiveram contato com diretoras e professoras, o que nos anima para que acompanhem também o aproveitamento escolar dos filhos", explica a juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglio.

Ao todo, mais de 50 pessoas participam do Movimento. Além das campanhas programadas em época de festas, os voluntários produzem todas as quartas-feiras mais de 450 litros de sopa e 450 pães, que são transportados e servidos em diversos bairros. Nessas ocasiões também são distribuídos alimentos da cesta básica. No dia 30 de junho, por exemplo, foram distribuídos mais de trezentos quilos de fubá, cem pacotes de biscoitos, trezentos bombons, duzentos sucos e noventa pacotes de macarrão. Aos sábados, cerca de 100 crianças recebem treinamento de futebol, acompanhado de lições de disciplina, e antes de irem embora recebem um sanduíche, refrigerante e, quando possível, bolo, doce e frutas. "Os lanches são doados por pessoas

da comunidade, sendo que a cada semana uma pessoa diferente doa este lanche, porque somente trabalhamos, em todos os projetos, com doações do que estiver sendo distribuído, não sendo recebido dinheiro, até para que as pessoas que doam se mobilizem na busca do alimento ou na confecção de um bolo, por exemplo", diz a juíza.

O Movimento desenvolve também o projeto Livro de Rua, por meio de doações, livros são disponibilizados na sala de espera da Vara do Trabalho para que as pessoas leiam enquanto esperam e também os levem para casa. Após a leitura, esses livros são devolvidos na unidade ou entregues em outros locais públicos.

► Ensinar a pescar

Para o segundo semestre, o Movimento prepara um curso de cabeleireiro, maquiagem e manicure para mulheres que não têm renda. O curso será possível graças a parcerias com salões de Cornélio Procópio, que estão doando, inclusive, o material. "O curso proporcionará uma formação para essas mulheres, que na maioria das vezes desistiram de buscar uma atividade, passando o dia inteiro em casa, o que favorece o aparecimento de depressão e uso de drogas. Com o atrativo do curso, pretendemos passar noções de higiene pessoal, limpeza doméstica e outras informações que muitas dessas mães não possuem, pelas próprias condições sociais em que cresceram", conclui a juíza.

Os voluntários começaram também um trabalho na Casa da Criança, instituição que recebe menores de zero a 12 anos encaminhados pelo Conselho Tutelar. "Fazemos festas de aniversário para as crianças, a cada mês, com balões, decoração de festa infantil, piscina de bolinha, docinhos", relata a titular da Vara do Trabalho.

O Movimento prepara, ainda para este ano, visitas às escolas públicas para relatar palestras sobre conscientização ambiental, um dos lemas do movimento. "Tudo que sobra das campanhas - conta a juíza Ziula - é aproveitado em outras campanhas e o que seria "lixo" é totalmente aproveitado. Por exemplo, os rolos vazios de papel alumínio utilizado para embalar os ovos de Páscoa viraram a cerca da Cidade do Coelho em uma escola; as cascas de legumes são colocadas em uma composteira; as garrafas pet do futebol são encaminhadas para o pessoal do lixo reciclável."

Essas visitas terão como acompanhante o mascote do Movimento, um cachorro, cujo nome será escolhido por crianças de escolas públicas.

Outro projeto a começar em agosto deste ano vai distribuir nas escolas que aderiram ao programa cartilhas sobre os direitos do trabalhador, com concurso de desenho entre as crianças sobre o objeto da aprendizagem e distribuição de prêmios aos que se destacarem, já estando disponível para o Movimento três aparelhos de DVD com vídeo game.

Foi encerrada, no mês de junho, a Campanha “Aqueça Um Coração” durante a qual foram arrecadados 2.084 cobertores, 1.176 peças de roupa e 263 pares de sapatos. “Para distribuição das doações desta última campanha foi modificada a entrega, que está sendo feita nas casas, com cadastramento de todos os beneficiados, para que, posteriormente, sejam incluídos em sistema informatizado e atendidos em outras necessidades”, explica a juíza. “Também está em construção o site do movimento para maior acesso da população às campanhas realizadas e melhor contato com os integrantes do movimento.”

São trabalhos como esses que renderam ao Movimento, no final do ano passado, o prêmio Anamatra de Direitos Humanos, na categoria Judiciário Cidadão, cujo valor de R\$ 6 mil auxiliou no resultado de quase quatorze toneladas de alimentos organizadas em cestas básicas e entregues no Natal.



Mascote do Movimento Cornélio Solidária

“Tudo isso aproxima o Judiciário do cidadão e desmistifica a figura, construída ao longo do tempo, de um juiz distante. O dever de cidadania é de todos”, finaliza a juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglio.

Flaviane Galafassi



Entrega de sopa a comunidades de Cornélio Procópio

Reforma e ampliação proporcionam conforto e acessibilidade em Ivaiporã

Não reconheci o prédio, confessou o presidente do TRT paranaense, desembargador Ney José de Freitas, ao inspecionar as instalações da Vara do Trabalho de Ivaiporã, antes da cerimônia de entrega das obras, na manhã de 7 de junho. Na última vez em que estivera na cidade, como corregedor-regional, o desembargador havia registrado a precariedade das instalações, “que já não eram as ideais para o atendimento ao cidadão e para o desenvolvimento das atividades, por juízes e servidores. Eram deprimentes, um imóvel que não poderia ser utilizado por qualquer trabalhador”, lembrou o magistrado, impressionado com a transformação realizada. A Vara tem uma nova sala de audiências, local específico para arquivamento dos autos de processos e uma secretaria que oferece conforto para as partes e advogados que a procuram, assim como para os servidores que ali trabalham.

Na reforma, a área total foi ampliada para 516 m². A infraestrutura elétrica e lógica foi refeita e há um novo sistema de climatização. Como nas outras edificações construídas ou adaptadas pelo TRT desde a instituição da Política Institucional Imobiliária, o prédio foi adaptado às normas de acessibilidade e um espaço foi reservado para a instalação de um posto bancário.

A titular da Vara do Trabalho de Ivaiporã, juíza Ana Cláudia Ribas, destacou a dignidade do atendimento que as instalações permitem oferecer ao público. O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da Nona Região (Amatra-IX), juiz Carlos Augusto Penteado Conte, também ressaltou que melhores condições de trabalho e espaços mais cômodos e seguros são condições de acesso à Justiça.

O procurador-geral do Município, João Fábio Hilário, agradeceu ao Tribunal, em nome do prefeito Cyro Fernandes Correia Júnior, o investimento feito na cidade, e elogiou a atuação da Vara do Trabalho local, especialmente pelo uso



Reforma modificou ambiente de trabalho na Vara de Ivaiporã

das inovações tecnológicas, pela celeridade das decisões nas causas apresentadas e pela “humanização”. A juíza Ana Cláudia Ribas, afirmou o procurador, tem sido exemplar no trato com os advogados e na compreensão com os que não conhecem os meandros da Justiça.

Ivaiporã foi a segunda reforma com ampliação do imóvel entregue neste ano pelo presidente do TRT do Paraná, desembargador Ney José de Freitas. Em entrevista à imprensa local, antes da cerimônia, ele lembrou que a obra é parte do plano de trabalho elaborado para cumprir a Política Institucional Imobiliária do Tribunal do Trabalho da 9ª Região. Quando exerceu a Corregedoria, no biênio que antecedeu sua eleição para a Presidência, contou o desembargador, pôde verificar a situação de cada um dos imóveis que abrigam as 86 Varas, mais os 6 postos de atendimento e as 3 Varas Itinerantes (que agora são 4, com a inauguração da de Medianeira), e um de seus primeiros atos como presidente foi determinar o levantamento completo, pelo serviço de engenharia, bem como a elaboração de um cronograma de melhorias. Em 2010, de acordo com o planejamento ordenado pelo presidente, 26 imóveis sofrerão algum tipo de reestruturação.



O desembargador Ney José de Freitas, a juíza Ana Cláudia Ribas, o juiz Carlos Augusto Penteado Conte e servidores da Vara

Especialistas refletem sobre Direito do Trabalho, Weimar e crise do capitalismo

A quase centenária, porém atualíssima Constituição de Weimar concentrou a atenção dos participantes do Seminário Internacional realizado nos dias 23 e 24 de junho na Escola Judicial do TRT-PR, em Curitiba. Especialistas brasileiros e espanhóis debateram os aspectos sociais e políticos da constituição utilizada pela Alemanha, de 1919 a 1933, e que representa o auge da crise do Estado Liberal do século XVIII e a ascensão do Estado Social do século XX. “Weimar está na origem do estado social e democrático de direito e portanto está também na origem de uma construção do Direito do Trabalho. Ademais, Weimar surge num momento de crise, forte situação de desemprego, crise econômica, crise política, e sua contribuição pode ser muito importante tendo em vista a relevância histórica da crise atual”, ponderou o professor Joaquín Tovar, da Universidade Castilla-La Mancha, da Espanha.

O professor espanhol lembra que a Europa sempre foi modelo por conseguir equilibrar a liberdade econômica com a social, porém perdeu esse equilíbrio nos últimos anos: “A Europa sempre foi exemplo de estado social democrático de direito, mas agora sofre com o extremismo liberal, vivendo um desequilíbrio social. O próprio governo espanhol disse nunca cortar os direitos, mas estamos vivendo isso agora”.

O constitucionalista Clèmerson Merlin Clève, que realizou a primeira conferência do Seminário, lembrou a história de Weimar e a ascensão do nazismo. Para ele, a constituição falhou por não conseguir formar instituições



Professores Joaquín Aparício Tovar e Francisco Trillo Parraga, da Universidade Castilla La Mancha, da Espanha.

políticas fortes, e isso abriu o caminho para Hitler. Nos aspectos sociais, porém, a contemporaneidade de Weimar é evidente; alguns dos direitos que ela reconheceu em 1919, como a igualdade entre filhos legítimos e filhos ilegítimos, os brasileiros só viriam a conquistar na Constituição de 1988.

O seminário, realizado com apoio da Caixa Econômica Federal, foi uma promoção conjunta da Escola Judicial, Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra-IX) e Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil. Da Universidad de Castilla-La Mancha vieram os professores Francisco Trillo Parraga, Joaquín Aparício Tovar e Joaquín Perez Rey.

Comitê de Tecnologia discute o Fidelis

O TRT-PR sediou, nos dias 30 de junho e 1º de julho, a 2ª Reunião Técnica Presencial do Comitê de Infraestrutura Tecnológica da Justiça do Trabalho do CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O Comitê atualmente é composto pela ASTIC - Assessoria de Tecnologia da Informação e assessorias de comunicação do CSJT, TST e mais 4 TRTs.

Foram discutidos investimentos a serem efetuados na tecnologia da infraestrutura nacional de tecnologia de informação e comunicações para todos os TRTs e TST, além de questões técnicas do sistema de gravação audiovisual do TRT da 9ª Região - FIDELIS e apresentação de um estudo de reformulação do sistema de datacenters do Regional.



Representantes do Comitê de Infraestrutura Tecnológica do CSJT durante a reunião técnica em Curitiba

Paraná encara o desafio de reduzir o consumo em 25% e superar a Meta 6

Todos os magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região deverão parar suas atividades por 15 minutos, em dia a ser fixado oficialmente, no mês de julho, para se reunirem em suas respectivas unidades e discutir medidas para economia de energia e água. No mês seguinte, a pausa para reflexão será repetida, para elaboração de estratégias para economia no uso de telefone e papel. A atividade, chamada de Campanha Pare e Pense, foi instituída pela Presidência do Tribunal, por sugestão da Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental, como meio de generalizar o compromisso com o atingimento da Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça: reduzir em 2% o consumo *per capita* de eletricidade, água, telefonia, papel e combustíveis.

Desde fevereiro, quando a Meta 6 foi apresentada, o consumo aumentou, em vez de diminuir, devido a fatores sazonais, como a temperatura mais elevada em várias cidades, o que resulta em uso mais constante dos condicionadores de ar. Também houve reformas e construções que aumentaram a estrutura da Justiça do Trabalho, portanto elevaram o consumo. Para compensar a alta de aproximadamente 13% registrada no primeiro semestre, será necessário envolver todos os usuários dos insumos listados pelo CNJ. Como desafio, a Comissão de Responsabilidade propôs a meta de 25%.

INTELIGÊNCIA - A estratégia adotada pela campanha para redução de consumo parte do fato de que cada um tem o conhecimento de seu próprio local de trabalho e das maneiras como, ali, pode-se aumentar a inteligência ambiental. Nas próximas semanas, os multiplicadores da Comissão oferecerão informações práticas para auxiliar na tomada de medidas economizadoras. A primeira etapa

será um vídeo tutorial, na Intranet, para ensinar a usar corretamente os condicionadores de ar, maiores responsáveis pelo consumo de energia em toda a estrutura do TRT.

O setor de estatística do Tribunal elaborará o ranking das unidades, de acordo com a economia de recursos obtida, e serão divulgadas para todo o Tribunal as práticas que levaram aos melhores resultados, para que possam ser avaliadas e possivelmente adotadas pelos demais setores.

RACIONALIZAÇÃO - "O projeto que me veio às mãos demonstra o absoluto comprometimento da Comissão de Responsabilidade Social com os problemas ambientais", disse o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, ao instituir, de acordo com o projeto, a Campanha Pare e Pense, que objetiva a reflexão sobre as maneiras de racionalizar o consumo com ações locais.

Após o Pare e Pense, os multiplicadores da Comissão presentes em cada unidade levarão ao Fórum de Discussões, na Internet, as conclusões, as medidas que serão adotadas e o acompanhamento da sua consecução. O Fórum de Discussões é uma ferramenta disponível no link <http://ead.trt9.jus.br>. Paralelamente, toda a estrutura de comunicação do Tribunal será acionada para estimular, manter o foco e divulgar as práticas mais eficazes de racionalização do consumo.

CONFORTO - "Não pretendemos que as pessoas simplesmente desliguem tudo, pois os equipamentos são necessários para o conforto dos que procuram a Justiça e dos magistrados e servidores que a mantêm", explicou a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, membro da Comissão de Responsabilidade. "O que esperamos - disse a desembargadora - é que o uso dos recursos seja inteligente, racional."

Ação impulsiona leitura em Londrina

Junho foi um mês de grandes resultados para a Justiça do Trabalho de Londrina em suas ações sociais. Em uma atividade conjunta com a Cáritas Arquidiocesana, foram arrecadados cerca de 500 gibis, doados à Biblioteca Popular Paulo Freire, de administração da Cáritas. Por serem os itens mais procurados por aproximadamente 50 crianças atendidas pela biblioteca, os gibis foram solicitados como doação, com coleta no Fórum Trabalhista da cidade. A caixa de coleta permanece no hall, onde será mantida para novas doações. O Fórum Trabalhista de Londrina localiza-se na Avenida São Paulo, 294, Centro.

A doação surpreendeu a administração da Arquidio-

cese. Dom Orlando Brandes, Presidente da Cáritas, enviou uma carta de agradecimento ao Fórum pela colaboração.

SUKIAKI - No dia 29 de maio, foi realizado pela Comissão de responsabilidade Social o Sukiaki Solidário, em prol da creche Milton Galveti. O jantar conseguiu arrecadar R\$ 5 mil, convertidos em compras de fogão, mantas e colchonetes para as crianças e materiais de construção para reforma do espaço. Para o sukiaki (prato típico japonês) foram vendidos 370 bilhetes. Tanta foi a aceitação do Sukiaki, que pretendem repetir o movimento no próximo ano.

 Bruno Manenti

Equipe do TRT descreve a experiência com área criminal durante Mutirão Carcerário

Deixar a estrutura e as condições de trabalho do judiciário trabalhista para fazer o exame e acompanhamento de processos na área criminal, foi a experiência vivida de fevereiro a maio por quatro servidores do TRT do Paraná no Mutirão Carcerário, empreendido por iniciativa do CNJ. Participaram os servidores Gabriel Maccagnani Carazzai, João Ozório Possebon de Freitas, Sonia Maria Casagrande e Nelson Copruchinski. Considerado o maior de todos os mutirões realizados em 19 Estados da Federação, nele foram analisados cerca de

21 mil processos relativos a 28 mil detentos. Da revisão resultou a concessão de 3,5 mil benefícios, que consistiram na concessão de regime semiaberto, liberdade provisória, regime aberto, liberdade condicional, comutação da pena e prisões extintas, remissão da pena, indultos e concessão de trabalho externo. A união de esforços das justiças do Trabalho, Estadual, Federal e Eleitoral foi inédita e buscou devolver a liberdade aos detentos que, já tendo pago sua dívida social na forma prevista em lei, ainda se encontravam presos por falta de análise das condições processuais.

▶ Ergástulo e cebolinha

Os servidores do TRT-PR que participaram do Mutirão Carcerário contam que foi necessário um período de adaptação, por se tratar de área do Direito bem diferente daquela a que todos estavam acostumados. A orientação dos colegas da área criminal, entretanto, fez com que rapidamente aprendessem a rotina a ser seguida e o significado dos termos que são comumente utilizados na especialidade. Frases como “o acusado deve ser recolhido ao ergástulo público” ou “expeça-se alvará de soltura se por *al* não estiver preso” significam apenas, no primeiro caso, que o acusado deve ser recolhido à cadeia e, no segundo, que deve ser solto se por outro motivo não estiver preso.

O manuseio de processos amplamente ilustrados com fotos das vítimas de toda espécie de crimes também gerou inicialmente algum desconforto, que foi sendo superado aos poucos. Por exemplo, ficaram marcadas as imagens da exumação do corpo de uma mulher assassinada pelo marido e enterrada em um canteiro nos fundos da casa em que morava. As fotos mostravam cebolinhas de mais de meio metro de altura sobre o local da prova.

Em Curitiba, a equipe se concentrou em um prédio de três andares, equipado pela Justiça Estadual para receber os processos pertencentes às varas criminais e de execução penal da Capital, Região Metropolitana e Paranaguá.

O primeiro andar foi destinado aos 64 advogados designados pela OAB, responsáveis pelos requerimentos a serem feitos em nome dos detentos. Nos mutirões realizados em outros Estados, essa tarefa coube à defensoria pública, que ainda não foi instalada no Paraná, único Estado da Federação que não possui esse serviço. Pelos advogados passaram cerca de 75% dos processos que chegaram ao mutirão. No segundo andar, foram alojados os representantes do Ministério Público, que obrigatoriamente precisam se manifestar nos autos e, no terceiro, os magistrados e a secretaria do mutirão.

O recebimento, registro, triagem e acompanhamento do trâmite interno dos processos no mutirão, assim como a de-

volução às varas de origem, eram feitos pela Secretaria, que contava com cerca de 20 servidores e alguns estagiários.

Os servidores do TRT ficaram responsáveis pelo trâmite dos autos que iam e voltavam dos advogados, faziam o registro e acompanhamento dos processos junto aos magistrados ou a triagem dos autos que chegavam ao mutirão e eram encaminhados para os advogados, Ministério Público ou para os magistrados. Quando os presos já estavam em fase de execução de pena, os processos ainda eram separados quanto ao possível benefício a ser concedido, que poderia ser a progressão para regime semiaberto, aberto ou livramento condicional.

A maior parte dos processos examinados estava relacionada ao uso de drogas. Até mesmo os furtos, roubos e homicídios, em sua grande parte, tinham conexão com o uso de substâncias entorpecentes e o seu tráfico.

Também era comum encontrar, dentro dos autos, pedidos feitos de próprio punho pelos presos ou seus familiares para que os juízes examinassem sua situação, conseqüência da falta da defensoria pública. Houve informação dos colegas da Justiça Estadual de que alguns desses pedidos já foram transformados em *habeas corpus* e chegaram a ser atendidos pelo juízo.

Enquanto na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal o processo informatizado já é uma realidade, chamava a atenção o tamanho exagerado dos processos que precisavam ser manuseados, com uma quantidade enorme de volumes e que, nos casos de condenação por longo período, já se apresentavam deteriorados pela ação do tempo.

Outra consequência importante dos trabalhos foi a atualização do cálculo das penas de todos os detentos, tarefa essencial para que se reconheça de imediato a situação carcerária de cada um e se possa permitir a concessão de qualquer benefício. Esse cálculo, quando existia, era manual e sujeito a erros. A partir do mutirão, utilizando sistema informatizado, essa tarefa passou a ser feita de maneira simples, rápida e mais segura.

 Nelson Copruchinski

TRT-PR cria Grupo de Apoio à Execução

Incentivar a realização de audiências na fase de execução parece ter sido uma boa solução para aumentar o número de acordos na Justiça do Trabalho. Com a criação do Grupo de Apoio à Execução (GAX) no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, a partir do final do mês de maio, já foram realizadas cerca de 210 audiências (12 a 15 audiências em média por dia) em ações que já entraram em processo de execução, ou seja, na fase em que a Justiça busca a quitação da dívida, atingindo índice recorde de 90% de conciliações entre as partes que compareceram e que somaram mais de R\$ 560 mil somente nos três primeiros dias de audiências.

Empresas que nunca fizeram acordo, como é o caso de uma empresa de produtos eletro eletrônicos, sentiram-se mais à vontade para conciliar quando convidadas a participar de audiências promovidas pelo Grupo de Apoio à Execução. Para a advogada da empresa, Denise Campos Justus, “a jurisprudência atual permite maior facilidade na composição dos acordos, pois, agora, o Juiz pode adequar os valores devidos à Previdência Social, calculando-os não com base nas verbas deferidas na sentença, mas sobre os valores decorrentes da conciliação, que tendem a ser mais reduzidos (ver quadro). Com a quitação imediata, há redução nos valores que seriam pagos a título de juros e correção monetária”. Ela disse ainda que “a conciliação livra a empresa do passivo trabalhista pendente e dos gastos com a manutenção do processo e o reclamante não tem muita perda, obtendo a quitação da dívida de imediato”.

Orientação Jurisprudencial 376 da SDI 1 do Tribunal Superior do Trabalho

É devida a contribuição previdenciária sobre o valor do acordo celebrado e homologado após o trânsito em julgado de decisão judicial, respeitada a proporcionalidade de valores entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória e as parcelas objeto do acordo (divulgada em 19, 20 e 22.04.2010).

Segundo o Juiz do Trabalho Marlos Augusto Melek, coordenador do GAX, a atuação do Grupo é inovadora porque na grande maioria das varas trabalhistas não se faz audiência na fase de execução.

“Entretanto, na fase executória já se tem conhecimento da decisão judicial e uma ideia clara das perspectivas de êxito ou insucesso em recursos pendentes, o que facilita a mediação quando as partes são colocadas frente a frente”, esclarece. Conforme enfatiza o juiz Marlos, além da solução final das ações, essas audiências ainda contribuem para maior rapidez



Juiz do Trabalho Marlos Augusto Melek

e eficiência da justiça. Caso seguissem o trâmite usual, os processos seriam tratados de maneira uniforme, com a realização de diversos atos processuais previstos na legislação que necessitam de muitas intervenções das partes, juízes, servidores e especialistas, o que acaba adiando a finalização do processo em até 2 a 3 anos, exigindo a aplicação de medidas mais severas de constrição à empresa e aos sócios como a penhora e privação dos bens.

No caso da realização de audiência, são separadas de imediato as ações que não têm condições de conciliação, como as que foram movidas contra órgãos públicos ou aquelas cujo devedor não pode ser encontrado. As demais são selecionadas com objetivo de facilitar o acordo, incluindo em pauta processos que tenham recurso de revista, agravo de instrumento em recurso de revista, ou até agravo perante o STF.

“Mesmo quando a conciliação não acontece, a audiência facilita a realização dos atos processuais seguintes, como a intimação das partes e a homologação dos cálculos. Todos esses procedimentos diminuem o tempo de tramitação, as despesas processuais, os serviços necessários e o número de processos a serem solucionados. A diminuição de processos em execução tem reflexos até no TST, que tem sido comunicado com frequência sobre conciliações aqui realizadas. Por último, o cumprimento mais rápido das obrigações ainda faz com que as partes se sintam mais satisfeitas e melhor atendidas pelo juízo”, completou o magistrado.

Para atender a essa demanda e aumentar ainda mais o número de acordos, o grupo de trabalho, composto por um juiz do trabalho, quatro servidores e dois estagiários, está buscando inovar de todas as formas, promovendo, por exemplo, a instalação de meios eletrônicos de pagamento dos acordos na sala de audiência, em convênio com bandeiras de cartões de crédito que tenham como operadoras instituições oficiais, como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Nelson Copruchinski

Projeto Científico aproxima conceitos médicos e o Direito do Trabalho

Três dias de intenso debate sobre a saúde física e mental do trabalhador, ética médica, prevenção de doenças ocupacionais e perícia judicial fizeram do II Projeto Científico do TRT-PR uma das mais comentadas experiências da Escola Judicial nos últimos tempos. O tema “Ergonomia, Saúde Mental e Relações do Trabalho” foi comemorado pelos organizadores. “O Projeto é uma experiência ímpar nas nossas atividades da Escola Judicial e nas experiências que o Tribunal teve até agora”, comentou o juiz Reginaldo Melhado, coordenador do Conselho Administrativo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, realizadora do seminário em parceria com a Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-IX).

Participaram aproximadamente 170 pessoas, entre magistrados, peritos, servidores, procuradores e servidores do Ministério Público do Trabalho. Foram realizadas seis palestras, seguidas de discussões e outras atividades. De acordo com o juiz Reginaldo Melhado, o encontro cumpriu o objetivo: trouxe para os magistrados uma visão ampla sobre a saúde do trabalhador e as doenças ocupacionais. “Passamos a ter uma visão nova sobre os efeitos das doenças na saúde do trabalhador, principalmente as relacionadas aos transtornos mentais e ergonomia. Com essa formação, com certeza estaremos mais próximos de alcançar o ideal de justiça”, disse ele.

“O evento está envolto na temática escolhida para ser discutida nesse ano, que é a prova”, explicou o juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, diretor da Ematra-IX. “Este evento é de extrema importância, pois é o início de um diálogo mais técnico, com temas novos para a Justiça do Trabalho e que ainda não tínhamos enfrentado. O juiz tem que ter conhecimento suficiente para fazer uma avaliação crítica da prova pericial. Não tenho dúvida de que os temas debatidos aqui



Juiz Reginaldo Melhado, coordenador da Escola Judicial

são fundamentais para que o juiz tenha esse conhecimento mais completo do ambiente de trabalho”, completou.

Gabriela Tissot e Tatiana Nobre, servidoras do Ministério Público do Trabalho, aprovaram a realização do Projeto. “Está sendo muito proveitoso”, comentou Tatiana, que trabalhava na secretaria e passou para o setor de assessoramento. “Vejo muitas diferenças entre um trabalho mais repetitivo que fazia e agora outro serviço mais intelectual, e ver essas diferenças sendo discutidas em seminário é muito interessante”. Gabriela afirmou que espera a realização de outros seminários como este: “a parceria entre o Ministério Público e o Judiciário é proveitosa e deve ser mantida”. Sobre projetos futuros, o juiz Reginaldo Melhado disse que, na questão do ambiente de trabalho, estão planejados três desdobramentos deste seminário: “Um encontro sobre proposições para operacionalizar estas questões no processo, discutir melhores práticas; uma outra questão a respeito da prova médica pericial; e uma terceira dimensão, ainda a ser discutida, sobre como preparar melhor os peritos que prestam serviços à Justiça do Trabalho.”



Mesa do primeiro dia do Colepdecor: procurador do trabalho Alberto de Oliveira Neto, médica Margarida Barreto e desembargadores Altino Pedrozo dos Santos e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Dez anos de união de equipe de gabinete do Tribunal são comemorados na Grécia

Que tal um grupo comemorar na Grécia 10 anos de trabalho conjunto? A equipe do gabinete do desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior realizou esse sonho. De 1 a 12 de junho deste ano, oito das 10 pessoas do gabinete, em férias, foram conhecer um país novo para todos. A escolha do local onde comemorariam uma década de trabalho – o desembargador ingressou no Tribunal em 2000 – aconteceu há três anos e desde então os integrantes do gabinete vinham economizando para que a viagem pudesse acontecer.

“As viagens em equipe ocorrem desde 2002. Já fizemos várias confraternizações em período de recesso. Fomos três vezes para cruzeiros nacionais, também já viajamos para Buenos Aires, Assunção, Foz do Iguaçu e Bahia. Para os 10 anos, pensamos em uma viagem à altura da data, afinal estamos comemorando um longo período de trabalho em conjunto, com a mesma equipe”, comemora o desembargador.

Para ele, programar uma viagem juntos, aproveitando as férias, em um período em que as pessoas normalmente querem distância das relações do trabalho, reflete a estabilidade que há nesse ambiente. “A viagem é uma consequência da harmonia que existe dentro do gabinete”, explica.

A amizade dos colegas de trabalho ganhou, inclusive, uma caricatura, estampada nas camisetas, que eles usaram para fazer a foto oficial da viagem, em frente ao Partenon, em Atenas.

“Todo esse clima descontraído e positivo que temos, dentro e fora do gabinete, é possível graças ao jeito do desembargador de conduzir seus trabalhos. Essa é a receita para a união do grupo”, explica a assessora do gabinete, Márcia Cristina Nambu Nishidate, que há 19 anos acompanha o desembargador em sua trajetória na Justiça do Trabalho do Paraná.

Flaviane Galafassi

Para o desembargador Dirceu, as viagens mostram a coesão e a estabilidade do grupo de trabalho

